

**Possibilidades de implantação do turismo no espaço rural:
o caso de Paraí/ RS****Possibilities of tourism in rural areas: the case of Paraí/RS**

DOI:10.34117/bjdv5n9-052

Recebimento dos originais:19/08/2019

Aceitação para publicação: 09/09/2019

Marcelo Pellegrini

Tecnólogo em Agronegócios pela Universidade de Passo Fundo.

Instituição: aluno no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de
Passo Fundo (PPGAdm/UPF).Endereço: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC), BR
285, São José, Passo Fundo/RS, CEP: 99052-900.

E-mail: 124166@upf.br

Morgana Secchi

Especialista em Administração Estratégica pela Universidade de Passo Fundo.

Instituição: aluna no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de
Passo Fundo (PPGAdm/UPF).Endereço: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC), BR
285, São José, Passo Fundo/RS, CEP: 99052-900.

E-mail: 150087@upf.br

Ana Claudia Machado Padilha

Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Instituição: Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade
de Passo Fundo (PPGAdm/UPF).Endereço: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC), BR
285, São José, Passo Fundo/RS, CEP: 99052-900.

E-mail: anapadilha@upf.br

Geizi Cássia Bettin do Amarante

Bacharel em Economia pela Universidade de Passo Fundo.

Instituição: aluna no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de
Passo Fundo (PPGAdm/UPF).Endereço: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC), BR
285, São José, Passo Fundo/RS, CEP: 99052-900.

E-mail: 126993@upf.br

André da Silva Pereira

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Instituição: Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade de
Passo Fundo (PPGAdm/UPF).Endereço: Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC), BR
285, São José, Passo Fundo/RS, CEP: 99052-900.

E-mail: andresp@upf.br

RESUMO

Este estudo teve por objetivo estudar a implantação da atividade turística no meio rural no município de Paraí-RS, além de mapear propriedades e locais com potencial turístico, a fim de introduzir esta atividade no espaço rural, como uma forma de geração de renda para as propriedades e para o município. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi de natureza qualitativa, e, em relação aos objetivos, foi de caráter descritivo e exploratório, e consistiu em um estudo de múltiplos casos, desenvolvido por meio de entrevistas com a extencionista da Emater/RS, a Secretária de Educação e Cultura, e com cinco proprietários de propriedades rurais com potenciais turísticos. Os resultados foram analisados e interpretados, averiguando-se assim, que, no município em estudo, há um grande interesse pela parte dos indivíduos pesquisados, em participar de um possível processo de implantação do turismo no espaço rural. Porém, evidencia-se a necessidade do incentivo do poder público municipal de Paraí por meio de um projeto com o qual seria solicitado emendas parlamentares assim tornando possível apoiar o processo da implantação do turismo no espaço rural, devido ao seu complexo sistema de implantação e desenvolvimento operacional.

Palavras-chave: Administração pública. Turismo no espaço rural. Incentivos. Propriedades rurais. Implantação.

ABSTRACT

This study aimed to study the implantation of tourism activity in rural areas in the city of Paraí-RS, in addition to mapping properties and sites with tourism potential, in order to introduce this activity in the rural area, as a form of income generation for properties and for the municipality. As for the methodological procedures, the research was qualitative in nature, and, in relation to the objectives, it was descriptive and exploratory, and consisted of a multiple case study, developed through interviews with the EMATER representative, the Secretary of Education and Culture, and with five owners of rural properties with tourist potential. The results were analyzed and interpreted, finding that, in the municipality under study, there is a great interest on the part of the individuals surveyed, in participating in a possible process of implantation of tourism in the rural space. However, it is evident the need for the encouragement of municipal public power in Paraí through a project that would be requested parliamentary amendments thus making it possible to support the process of implementing tourism in rural areas, due to its complex system of deployment and operational development.

Keywords: Public administration. Tourism in rural areas. Incentives. Rural properties. Implantation.

1 INTRODUÇÃO

O processo de implantação do turismo no espaço rural denota um complexo sistema de desenvolvimento operacional, portanto, para que este processo seja implantado de forma efetiva e positiva, se faz necessária a criação e o estabelecimento de uma parceria público privada, a fim de capacitar e orientar os agricultores neste empreendimento, evitando desta forma a inoperância do mesmo. Sendo assim este estudo traz o seguinte tema: Administração Pública e Turismo Rural. Levando em conta a implantação do turismo no espaço rural no

município de Paraí: Uma parceria com a administração pública municipal, como uma forma de diversificação e geração de renda para as propriedades deste município.

Por grande parte das propriedades do município de Paraí serem de porte familiar, muitas vezes, não há espaço para diversificar suas culturas, gerando um ganho a mais. A implantação do turismo rural nestas propriedades agregaria valor a estas. Bem como, seria uma oportunidade empreendedora que, baseada em conhecimentos na área, viabilizaria a geração de renda aos produtores.

Implantar o turismo rural no município gerará mais uma forma de ganho para as propriedades e os munícipes. “O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.19).

Além de tornar o município conhecido regionalmente, e atrair visitantes para o mesmo a economia estará em constante desenvolvimento, bem como a preservação ambiental poderá ser promovida. “O turismo no meio rural pode gerar mudanças significativas em diferentes segmentos: na valorização do território, na proteção do meio ambiente e conservação do meio natural, histórico e cultural [...]”. (LUNARDI; ALMEIDA, 2008, p. 33).

É necessário o desenvolvimento de uma rota para turismo rural no município de Paraí, de modo que os visitantes possam conhecer melhor toda a diversidade e as potencialidades do turismo existentes nesta localidade. A criação de uma rota turística possibilita maior integração entre os pequenos produtores rurais, pertencentes ao projeto.

Com o intuito de promover o desenvolvimento econômico local, e agregar renda aos pequenos produtores rurais, o poder público municipal de Paraí, demonstra interesse em apoiar iniciativas que promovam o turismo rural. Para tanto é imprescindível que haja uma articulação entre o poder público e os produtores rurais, constituindo-se em uma parceria público-privado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A seção 2 apresenta a fundamentação teórica, onde estão desenvolvidos os suportes científicos que estão sendo pesquisados. No estudo há um resgate da concepção de políticas públicas e uma investigação acerca do tema turismo rural.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são formas de visualizarmos o governo em ação. Há políticas públicas para as mais diversas áreas: educação, saúde, segurança, habitação, saneamento

básico, entre outras. O escopo deste trabalho envolve o turismo, neste caso, priorizaremos as políticas setoriais direcionadas à promoção do turismo.

No Brasil há várias políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das atividades rurais, uma delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). “A partir de 2003, o programa ganhou novas linhas de crédito e vantagens de financiamento para atividades como a agroindústria e o turismo rural” (SANTOS; PIRES, 2010, p. 63).

Para Santos e Pires (2010), um marco importante foi a Carta de Santa Maria, onde foi realizado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, no ano de 1988 o “I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável”, lá foi lançada a Carta de Santa Maria pelos empreendedores de turismo rural. Seu principal objetivo era buscar parcerias entre o governo e iniciativas privadas, com isso formando políticas voltadas ao segmento do turismo rural.

Em 2003, houve a criação do Ministério do Turismo, e juntamente com ele a publicação da obra: “Plano Nacional de Turismo: diretrizes e metas e programas”. Este foi o primeiro documento que estabeleceu normas para desenvolver o setor do turismo em âmbito nacional, estadual e municipal. Com isso o turismo demonstrou mais uma forma de gerar renda ao país. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Turismo são os órgãos governamentais mais envolvidos com o interesse comum no meio rural, como cenário de produção e lazer (SANTOS; PIRES, 2010).

Cabe a cada município recorrer aos respectivos Ministérios em busca de recursos que provém do governo federal, que muitas vezes são destinados por intermédio de Deputados. “As competências dos vários níveis de governo são definidas na Constituição Federal. Há competências exclusivas de cada um, competências comuns aos vários níveis e também as chamadas concorrentes” (ABIKO, 2011, p.5).

Cada ano o município programa seu orçamento, que dispõe os limites das receitas que estão programadas para o período. Segundo Cavalcante (2008, p.17) o orçamento é o instrumento básico que “[...] transforma-se o mecanismo central de controle público sobre o estado”. Os gastos provindos do governo municipal, são todos lançados no portal de transparência e são fiscalizados pelos órgãos competentes. “[...] O Estado deixa de ser o provedor direto exclusivo e passa a ser o coordenador e fiscalizador de serviços [...]” (FARAH, 1999, p. 331).

2.2 TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Em linhas gerais pode-se dizer que o turismo no espaço rural é qualquer atividade turística que está inserida geograficamente no meio rural, não necessariamente ter alguma atividade agropecuária. Assim para o Ministério do Turismo (2010), é levado em conta na hora da denominação a posição que ele esta ocupando, se é dentro do meio rural pode ser definido como Turismo no Espaço Rural, ou em Áreas Rurais.

Além disso, para o Ministério do Turismo (2010), é importante lembrar que o Turismo no Espaço Rural também ocorre fora das propriedades, por isso, depende da qualidade da paisagem externa da região, que pode ser levado como um fator de agregação de atratividade e de identidade. “É justamente essa uma das razões pela qual esse segmento turístico beneficia a comunidade na qual se insere, na forma de passeios a atrativos naturais e artificiais nas redondezas, na utilização de equipamentos e serviços” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 23).

Já o turismo rural, na visão de Santos e Souza (2010), se dá pelo aproveitamento dos recursos existentes no espaço rural, sem esquecer dos patrimônios culturais e arquitetônicos. Levando em conta elementos da natureza que podem ser de agrado para os turistas. O turismo rural abriu uma alternativa para as propriedades de ganhar uma renda a mais. Conforme Blos (2000, p.220), “uma das características fortes do turismo rural é a exigência de ser uma atividade econômica complementar a uma outra principal primária”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa busca, de forma qualitativa e por meio de entrevistas, desenvolver um estudo acerca de parcerias público-privado para a implantação do turismo no espaço rural, no município de Paraí-RS, levando em conta os incentivos que a administração pública municipal pode oferecer aos produtores. Utiliza informações sobre as propriedades estudadas.

A pesquisa qualitativa vem a descrever a complexidade de tal problema e a interação com outras variáveis, facilitando a compreensão e a classificação dos processos dinâmicos vividos por grupos sociais (DIEHL; TATIM, 2004). Um dos fatos importantes é analisar o indivíduo entrevistado, “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental” (MOREIRA, 2002, p. 52).

Sendo assim, na coleta de dados qualitativos, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os proprietários de algumas propriedades com potenciais turísticos, bem

como, com a extencionista da EMATER e com a Secretária de Educação e Cultura (que atualmente está cuidando da pasta do turismo), ambas do município em estudo, pois estas possuem um vasto conhecimento acerca da estrutura organizacional das propriedades e das potencialidades existentes no município, bem como das particularidades dos perfis dos turistas, e se realmente haverá demanda para este tipo de serviço na comunidade.

Na pesquisa de caráter qualitativo, o pesquisador, ao encerrar sua coleta de dados, acaba ficando com uma série de dados dispersos, uma enorme quantidade de notas de pesquisa, bem como depoimentos em forma de texto (DIEHL; TATIM, 2004). Sendo assim, neste estudo, se utilizou a técnica de análise de conteúdo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise das entrevistas aplicadas à extencionista da EMATER e da Secretária Municipal de Educação e Cultura (responsável pela pasta de turismo no município), bem como dos proprietários, são apresentados na presente seção. A coleta de dados foi realizada no mês de abril de 2018, através de entrevistas semiestruturadas, para identificar a opinião dos mesmos e seu posicionamento a respeito de um possível Processo de Implantação do Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural no município de Paraí – RS.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Paraí localiza-se na região Serrana do estado do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, no último Censo realizado em 2010, o município possuía aproximadamente 6.812 habitantes, mas segundo as projeções que o mesmo fez, é que no ano de 2017 o município teria alcançado 7.404 habitantes.

Paraí faz divisa com as cidades de Casca, Nova Araçá, Guabijú, São Domingos do Sul, São Jorge e possui um território de 121,446 km², e segundo dados do IBGE de 2015, Paraí, possui um PIB per capita de R\$ 34.125,62.

O município de Paraí desenvolveu sua economia baseada em sua colonização, onde manteve suas raízes embasadas no trabalho, na família e na religião. A agricultura, sempre foi a principal fonte de renda dos munícipes, em 2007 respondia por 43% da economia do município, assim utilizando tecnologia avançada, principalmente nos setores de suínos, leite e frangos (ZANOTTO, 2009).

4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS FEITAS A CINCO GESTORES DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO

A seguir, são analisadas as respostas dos cinco produtores entrevistados acerca da possibilidade de implantação de turismo rural em suas propriedades.

4.2.1 Propriedade A

O proprietário aceitou fazer parte do projeto, pois para ele atividades turísticas no meio rural são importantes por gerar um bem estar aos que as frequentam, bem como valorizam os atrativos existentes no município.

Localizada na Comunidade Nossa Senhora de Caravaggio, mais conhecida no município como Barra Seca, a propriedade A, localiza-se no acesso secundário ao município de Paraí. Na propriedade residem quatro pessoas, e a mão de obra é totalmente familiar. São 35 hectares (ha) de terra, sendo 21 ha para cultivo de milho e o restante para as demais culturas desenvolvidas na propriedade. A propriedade é um tanto diversificada, possuindo um galpão para armazenagem de cereais, um açude para pesca, uma compostagem de dejetos de suínos, galpões para a suinocultura, um silo solar para armazenagem de milho, um campo de futebol para lazer, um estábulo para cavalos, e um galpão para depósito de maquinários agrícolas utilizados na propriedade.

Além de um galpão para criação de gado de corte, uma trilha em meio a mata já ativa, uma lavoura de milho, e uma estrada para passeio de bicicleta para caminhada pela propriedade. A propriedade possui integração com suinocultura, com capacidade de alojamento para 2000 cabeças de suínos e um confinamento para gado de corte com capacidade para 250 animais. Na grande de mata nativa, onde se encontram trilhas em meio à mata preservada podem-se encontrar diversas espécies de animais como: quatis, veado, tamanduá, raposas entre outros, bem como ter um contato direto com a natureza. Na propriedade existe um silo solar, onde são armazenados cereais para posterior alimentação do gado de corte, ou venda para a comunidade. Este é outro atrativo que também pode ser visitado.

Esta propriedade possui cerca de 2000 suínos que produzem dejetos. A propriedade preocupada com o destino desses dejetos implantou uma compostagem de dejetos líquidos, na qual são misturados dejetos de suínos com cama de aviário. Após um período médio de 3 meses ocorre a fermentação e evaporação do líquido, transformando-se num adubo de

excelente qualidade, que poderá ser usado na adubação de: gramas, lavouras, flores, jardins, vegetais, entre outros

4.2.2 Propriedade B

Localizada na Comunidade Santa Terezinha, mais conhecida como Arroio dos Moreiras, a Propriedade B, localiza-se próxima a divisa com o município de Guabiju. É uma das maiores propriedades estudadas, contendo 150 hectares de área. Na propriedade residem oito pessoas, destas duas são funcionários.

O gestor aceitou fazer parte do projeto, pois para ele, a inovação e a tecnologia no meio rural são importantes, pois se faz necessário repassar aos visitantes a visão que a tecnologia já chegou ao campo, bem como mostrar os cuidados com o bem estar animal e os cuidados sanitários também.

O proprietário fez grandes investimentos nos últimos anos, investindo na compra de 2 equipamentos para a ordenha das vacas, facilitando o manejo e diminuindo o trabalho na propriedade. A propriedade possui atualmente cerca de 260 vacas, destas 115 estão em lactação. Produzindo uma média de 30 litros de leite por vaca ao dia, gerando um total aproximado de 3.450 litros de leite ao dia, totalizando de 103.500 litros leite ao mês. A propriedade possui também uma área de cultivo de soja e uma área para criação de gado de corte, onde são criados no campo cerca de 280 cabeças. A propriedade possui um açude para dessedentação dos animais e serve também para pesca.

Esta propriedade é o destino correto para quem busca tecnologia no meio rural, nela pode ser visto dois equipamentos robóticos que fazem todo o processo de higienização e ordenha das vacas, bem como um painel de controle de qualidade e números de produção de cada animal. Pode ser acompanhado também o excelente manejo e o cuidado com os animais.

A propriedade possui o gado leiteiro totalmente confinado em *compost barn* (que é uma grande área coberta para descanso das vacas, leiteiras, geralmente revestida por uma cama de serragem). A propriedade possui também ventiladores para um melhor arejamento do local.

Outro atrativo que pode ser explorados nesta propriedade é a visita do gado de corte no campo, onde as 280 cabeças de gado podem ser visitadas em meio a pastagens e morros.

Segundo relato do proprietário, o mesmo está com projeto para nos próximos três anos fazer um investimento em uma agroindústria, para fabricação de queijos e lácteos, a fim de agregar valor ao leite produzido na propriedade. Onde futuramente poderá ser realizada

visitação e degustação, bem como venda de produtos no local aos turistas que visitarem a propriedade.

4.2.3 Propriedade C

Localizada na Comunidade São Mateus, popularmente conhecida como Arroio dos Gordos ou Canhada, a Propriedade C é uma das propriedades que mais bem retrata a colonização italiana. Nela pode ser feito um resgate histórico dos antepassados da cultura italiana. Esta propriedade está integrada ao sistema de integração de avicultura de corte, com capacidade de produção de 13 mil aves. A propriedade contém 57 hectares de área, sendo 12 deles destinados ao plantio de soja e milho, 1,5 ha para pastagem do gado leiteiro, 2 ha para a avicultura, e o restante campo e mata. Na propriedade residem quatro pessoas, e a mão de obra é totalmente familiar.

O proprietário aceitou fazer parte do projeto, pois já possui interesse em implantar atividades turísticas na propriedade. Para ele é importante repassar aos turistas o valor cultural e histórico da cultura italiana.

Esta propriedade é o destino correto para quem busca lembrar costumes, cultura e paisagens típicas da colonização italiana. A propriedade contém maquinários típicos como, por exemplo: engenho para moer cana “tchortcho”, manjolo para triturar erva mate, máquina para bater milho, máquina para debulhar milho, forno de barro, lamparinas antigas, reboleiro para afiar facas, pipas antigas para guardar vinho, ventilador de cereais antigo, pilão, bules, taro, moedor de carne manual, cunha para arrastar madeira, cestas de vime, caixão para armazenar farrinhas, moinho de mola, carriola de madeira, cercado de madeira “stecato”.

Na propriedade existe um local para implantação de uma roda da água, que já existia, porém com o tempo ela foi se deteriorando. Com o apoio da administração pública o proprietário pretende reconstruir a roda da água.

Esta propriedade possui uma casa típica da colonização italiana, onde já residiram os antepassados do proprietário. A casa preserva sua arquitetura original, porém necessita de reparos e revitalização.

4.2.4 Propriedade D

Pertencente ao povoado Santo Antônio, a propriedade D é uma das propriedades mais afastadas da cidade, cerca de 10 km do centro. Nesta propriedade residem três pessoas. Contém

24 ha de área, sendo, 6 ha destinados ao plantio de milho, 2 ha para o plantio de brócolis, 1 ha de parreirais de uva, e 1 ha para a plantação de mirtilos.

O proprietário aceitou fazer parte do projeto, pois ele já está investindo em cuidados com a propriedade para implantar a atividade turística, pois para ele é importante o contato do turista com a biodiversidade, contato com ar puro e com os animais.

Vale destacar, que a propriedade possui uma grande área de mata centenária, dentro dela, há árvores exóticas como: sapopema, carrapicho e árvores em extinção como xaxim. Esta propriedade contém uma área com mata nativa onde já existe um projeto com o propósito de abrir trilhas ecológicas. Além de contar com um açude que serve para pesca. Segundo o relato do proprietário, o mesmo planeja instalar um pedalinho para passeio. Também há uma série de aves que valorizam a propriedade e o local, dentre elas: faisão, calopsita, pavão, marreco, galinhas de várias espécies e codornas, contribuindo com a preservação da fauna e da flora desta região. Na propriedade também se encontram vários animais como por exemplo: cabritos, ovelhas, porquinhos da índia, entre outros. Também existe um espaço destinado às crianças, onde se encontra: uma casinha de madeira, um escorregador, um banco de madeira, areia, gramado e brinquedos diversos.

4.2.5 Propriedade E

Localizada na Comunidade Santo Anjo, a propriedade E, se destaca no município de Paraí por possuir uma agroindústria. Nesta propriedade residem nove pessoas, e a mão de obra é totalmente familiar. São 7 hectares de terra, sendo 3 ha para cultivo de nozes, uva, figo, abóbora, laranja, pêssigo, pepino, berinjela, pimentões e 2 ha para o cultivo de milho.

Na agroindústria são produzidas geleias, sucos, compotas e extrato de tomate. A propriedade é de fácil acesso já que fica as margens da ERS 324, Km 267. Hoje a agroindústria vende seus produtos em diversos estados do Brasil, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Bahia.

Os gestores da propriedade e da agroindústria aceitaram fazer parte do projeto, pois para eles esta seria uma boa oportunidade para divulgar os produtos de sua agroindústria, bem como mostrar a forma de produção e cuidados com a matéria prima.

A propriedade por possuir uma agroindústria própria, pode oferecer aos visitantes a oportunidade de vivenciar o processo de produção, controle de qualidade, bem como uma visita pela mesma.

Após a visita poderá ser oferecida uma degustação dos produtos produzidos na propriedade, bem como a comercialização dos mesmos, assim divulgando as potencialidades da agroindústria aos turistas visitantes.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM A EXTENSIONISTA DA EMATER E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Quando questionadas sobre a sua opinião sobre a implantação de um roteiro turístico e o desenvolvimento da atividade de turismo rural em algumas propriedades da nossa cidade, a extensionista da EMATER respondeu que é um sonho de longa data. Segundo ela “Não medirei esforços para colaborar. Temos um grande potencial, basta explorar”. Já a Secretária entrevistada respondeu que “Penso ser válido, uma vez que nosso município ainda não dispõe deste atrativo e possui várias riquezas que podem ser divulgadas e apreciadas”.

Ambas responderam de forma afirmativa e otimista quando questionadas acerca da possível demanda para um roteiro turístico e para a atividade de turismo no espaço rural como um todo no município, e também afirmaram que seriam possíveis frequentadoras.

Sobre o papel da administração pública, a Extensionista da Emater respondeu que “Imprescindível, sem este maior parceiro, impossível dar continuidade”. E a secretária afirmou: “Tendo recursos e meios legais, penso que a administração pública municipal não se negará em apoiar”.

Sobre as atividades que chamariam uma maior participação do público alvo, a extensionista da EMATER pontuou: “Recepção à visita nas propriedades rurais, alimentação, caminhadas, pesca esportiva, ciclismo, rotas e festas de comunidades rurais (turismo religioso)”. A Secretária lembrou da extração de basalto como atrativo.

Quando questionada se acreditava que os produtores rurais da região se interessariam na atividade turística, a extensionista respondeu: “Pela vivência que tenho nas comunidades acredito que teriam interesse sim”. A secretária respondeu também positivamente, se tiverem apoio.

Por fim, quando questionadas se, na opinião delas, haveria demanda havendo parcerias entre propriedades, montando um roteiro de visita no município, a extensionista respondeu: “Com certeza, o roteiro integrado amplia os benefícios socioeconômicos e ambientais do turismo para a comunidade, preservando a cultura local e gerando oportunidades de novos negócios para as mesmas”. A secretária completou que: “Penso que sim, pois isso favorecerá

o crescimento do município, como também. o ‘conhecimento’ de nossos municípios visitantes, pois acredito que este trabalho deverá ser divulgado”.

5 CONCLUSÕES

A agricultura familiar está passando por um constante processo de transformações, tendo que se adaptar a nova realidade. O turismo no espaço rural se tornou uma opção de geração de renda, e trabalho, corroborando assim, com a permanência dos agricultores no meio rural. Além de trazer consigo atividades agrícolas e não agrícolas no setor rural.

A administração pública municipal de Paraí se torna uma relevante aliada aos pequenos agricultores rurais, no que se refere às parcerias que ela pode estabelecer. A administração pública municipal pode criar um importante elo de colaboração para desenvolver incentivos ao turismo no espaço rural. Através da criação de secretarias, criação de leis de incentivo ao turismo no espaço rural, colaboração com materiais para a melhoria das propriedades, bem como a isenção de impostos nos primeiros anos às propriedades participantes deste projeto, fazendo disso uma forma de incentivo para a implantação do turismo no espaço rural nas propriedades rurais.

Na agricultura familiar, o turismo no espaço rural se torna uma importante forma de geração de renda e muitas vezes um meio de subsistência das famílias, devido ao complexo sistema de produção e geração de renda existente no meio rural. Durante a realização da pesquisa buscou-se averiguar, se os gestores das propriedades rurais tinham interesse em implantar o turismo no espaço rural em sua propriedade com a parceria da administração pública municipal de Paraí.

Diante disso foi possível constatar que a totalidade das propriedades pesquisadas demonstraram interesse em participar do processo de implantação do turismo no espaço rural em sua propriedade em parceria com a administração pública municipal do município em estudo. Entretanto, a ausência de uma parceria para a maior parte dos pequenos agricultores rurais entrevistados torna a implantação do turismo no espaço rural inviável, devido: ao alto investimento de capital financeiro que se faz necessário para a infraestrutura, obtenção de conhecimento (cursos da área), embelezamento das propriedades, e compra de maquinários adequados para cada tipo de atividade a ser desenvolvida conforme a demanda de cada propriedade.

Neste estudo, foram realizadas entrevistas com: cinco gestores de pequenas propriedades rurais, além de uma entrevista com a extencionista da EMATER, e com a secretária municipal de educação e cultura, ambos do município de Paraí.

Ficou evidenciado que o turismo no espaço rural é uma importante forma de geração e complementação de renda para a agricultura familiar. Evitando assim o êxodo rural, que é um relevante problema social, presente neste município e no Brasil.

Entretanto, evidencia-se a necessidade do incentivo do poder público municipal de Paraí em apoiar o processo da implantação do turismo no espaço rural, devido ao seu complexo sistema de implantação e desenvolvimento operacional. O desenvolvimento do turismo no espaço rural contribui com: a divulgação do município, a valorização das propriedades, os traços culturais da região, bem como o cuidado com o meio ambiente. Sendo assim, o município poderá oferecer aos potenciais turistas uma oportunidade de lazer e descanso e um contato direto com a natureza, cultura, culinária, fauna e flora, religiosidade, pedreiras, entre outras atividades que podem ser realizadas no campo.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya. Texto técnico TT/PCC/10 - **Serviços Públicos Urbanos**. São Paulo: Epusp, 2011.

BLOS, Wladimir. O Turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Joaquim e RIEDL, Mário. **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru – SP: EDUSC, 2000.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. O orçamento participativo: estratégia rumo à gestão pública mais legítima e democrática. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**. Brasília: ANESP, 2008, Vol. 6, Nº 2.

DIEHL, A. A. ; TATIM, D. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Locais. **O Município no Século XXI: Cenários e Expectativas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População Paráí – RS. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/parai>>. Acesso em 24 mar. 2018.

LUNARDI, Raquel; ALMEIDA; Joaquim Anésio de Jesus. As representações do trabalho no turismo rural para as mulheres da região dos campos de cima da serra – RS. **Revista Extensão Rural**, UFSM, ano XV, jan/jun. 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art2ed15.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. Brasília, 2. ed. Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

SANTOS, Alessandra Santos dos; PIRES, Paulo dos Santos, in: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural** - Barueri, SP: Editore: Manole, 2010.

ZANOTTO, Gilmar Francisco. **PARAÍ, HISTÓRIA E VIDA**. 1. ed. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda, 2009.